

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Parte 1

O agravo contra as decisões de primeiro grau no CPC/1973

1. AGRAVO CONTRA AS DECISÕES DE PRIMEIRO GRAU
2. O AGRAVO DE INSTRUMENTO
 - 2.1. Procedimento
 - 2.1.1. Interposição
 - 2.1.1.1. Peças para a formação do instrumento
 - 2.1.1.1.1. O agravo de instrumento e as peças facultativas, mas essenciais
 - 2.1.1.2. O processo judicial eletrônico e a necessidade de formação do instrumento
 - 2.1.1.3. Preparo
 - 2.2. Processamento nos tribunais
 - 2.2.1. Distribuição do agravo e providências do relator
 - 2.2.2. Resposta do agravado
 - 2.2.3. Juízo de retratação
 - 2.2.4. Julgamento do agravo
3. AGRAVO RETIDO COMO REGRA NO CPC/1973
 - 3.1. Interposição
 - 3.2. Processamento e juízo de retratação
 - 3.3. As decisões proferidas em audiência de instrução e julgamento e o agravo retido oral
 - 3.3.1. Momento adequado para a interposição, resposta do agravado e juízo de retratação
 - 3.3.2. Algumas questões polêmicas sobre o agravo retido oral
4. O EFEITO SUSPENSIVO E A TUTELA ANTECIPADA RECURSAL
 - 4.1. O efeito suspensivo e o agravo de instrumento
 - 4.2. O efeito ativo ou tutela antecipada recursal
5. A REVISÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO COM BASE NOS INCISOS II E III DO ART. 527 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

- 5.1. O pedido de reconsideração.
- 5.2. A irrecorribilidade da decisão do relator (incisos II e III do art. 527).
- 5.3. Do cabimento do mandado de segurança contra o ato judicial.
 - 5.3.1. A interpretação de acordo com as Leis 1.533/51 e 12.016/09
- 6. CASOS EM QUE O AGRAVO RETIDO SERIA INÓCUO
 - 6.1. As decisões proferidas em processo de execução
 - 6.2. As decisões proferidas em liquidação e cumprimento da sentença
 - 6.2.1. As decisões na impugnação ao cumprimento da sentença
 - 6.2.1.1. Atribuição ou não do efeito suspensivo requerido pelo executado.
 - 6.2.1.2. Decisões proferidas na impugnação ao cumprimento da sentença e o § 3º do art. 475-M

Parte 2

O agravo contra as decisões de primeiro grau no CPC/2015

- 1. O REGIME DO AGRAVO NO CPC/2015
 - 1.1. O agravo de instrumento no CPC/2015
 - 1.1.1 Regularidade formal
 - 1.1.2 Peças
 - 1.1.3. Juízo de retratação
 - 1.1.4. Providências no tribunal
 - 1.1.5. Prazo para o julgamento
 - 1.2. A forma de impugnação das decisões que não ensejam agravo de instrumento no CPC/2015 – críticas e perspectivas
 - 1.3. Taxatividade ou não do rol do art. 1.015 do CPC/2015
 - 1.3.1. Não taxatividade do rol
 - 1.3.2. Taxatividade do rol
 - 1.4. A nova sistemática do recurso de agravo e a legislação extravagante
- 2. O DIREITO INTERTEMPORAL E O AGRAVO NO CPC/2015

BIBLIOGRAFIA

Anexos

- Anexo 1 – Quadro comparativo do Agravo no CPC/1973 com os projetos do Novo CPC
- Anexo 2 – Quadro comparativo do Agravo no CPC/1973 com o CPC/2015
- Anexo 3 – O agravo de instrumento e o agravo interno no CPC/2015